

A função da mídia ocidental desde a Guerra Fria: um recorte teórico da Infocomunicação

Bruno Nathansohn

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Arquivologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-3136-1007>

Resumo

Este artigo objetiva refletir histórica e teoricamente sobre o papel da mídia corporativa ocidental e sua instrumentalização político-ideológica desde a Guerra Fria até as primeiras décadas do século XXI, sob uma perspectiva sociológica e filosófica da Informação. A metodologia emprega abordagem histórica e bibliográfica, fundamentada na Teoria da Informação, na ética intercultural da informação e nos estudos sobre mediação, regimes e fluxos informacionais. Analisa-se a relação entre mídia, poder hegemônico e transformação digital, considerando a atuação das *Big Tech* na reorganização das disputas geopolíticas, culturais e simbólicas contemporâneas. O estudo evidencia que a mídia corporativa opera como aparelho de hegemonia, legitimando narrativas ocidentais em conflitos internacionais e influenciando processos de vigilância, controle social e formação da opinião pública. Destaca-se que o advento da Internet e das redes sociais digitais ampliou a capacidade de monitoramento, manipulação discursiva e intervenção política, reforçando disputas simbólicas e mecanismos de controle no ciberespaço. Conclui-se que a informação se tornou elemento estratégico central nas disputas sociais, culturais e políticas contemporâneas, mantendo e reorganizando práticas históricas de dominação e resistência no ambiente digital.

Palavras-chave

mídia corporativa; informação; hegemonia informacional; big tech; vigilância digital

1 Introdução

Chega-se às primeiras décadas do século XXI com um contexto político internacional em profunda instabilidade e apresentando resquícios do período da Guerra Fria. O

pensamento neoliberal, que anunciou o “fim da história”¹, vê-se enredado em suas próprias contradições. Elementos típicos da geopolítica e da *Realpolitik* continuam sendo os *leitmotiven* pelos quais os Estados-nação centrais do poder global, associados às grandes corporações, tentam pautar a agenda política. Pode-se incluir aqui o papel da mídia corporativa ocidental quando da cobertura de conflitos que envolvam as grandes potências ocidentais, exercendo a função de porta-voz do discurso hegemônico. Destaca-se que o recurso discursivo, que poderíamos denominar, do ponto de vista cultural, de “orientalista”², não se refere ou se restringe a territórios localizados no hemisfério ocidental, ou aos países que têm relações étnicas e culturais com o Ocidente (i.e. Austrália³). Assim se constituindo, apesar do rearranjo do sistema de poder internacional e do papel do Estado frente a outros atores supraestatais, e não estatais, testemunhados desde os anos 1990.

Nesse sentido, o papel da mídia não se restringe a informar e conscientizar, mas se disponibiliza como instrumento de poder, em que atores que efetivamente o exercem, promovem uma estratégia midiática. Coloca-se como recurso de poder com amplas possibilidades para a manipulação discursiva, com o objetivo precípua de provocar a desestabilização política por meio do esgarçamento identitário de comunidades locais e regionais, “bombardeando” a memória cultural daqueles que devem ser dominados (Goody, 2008; Báez, 2010; Moraes, 2017). Além de servir de instrumento para a implementação de ações operacionais práticas, como parte de um planejamento estratégico, mormente de caráter militar, para as chamadas *covert operations*⁴.

No contexto pós-Guerra Fria, o mundo confrontou-se com um novo paradigma político, ganhando contornos de volatilidade e instabilidade institucional. Associada às políticas de intensa liberalização comercial e desregulamentação financeira, está a ascensão de novos atores estatais e não estatais que promovem um aumento da complexidade e das tensões políticas, apresentando, a partir dos ataques do 11 de setembro de 2001, um divisor

¹ Remete ao título da obra do pensador de relações internacionais neoliberal estadunidense, Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem* de 1991.

² Referindo-se à noção elaborada por Edward Said, em seu livro *Orientalismo* (2003), no qual se analisa a narrativa que o Ocidente fabrica de forma ficcional, sobre todas as manifestações culturais que se lhe apresentam diferentes, “exóticas” ou fora da “normalidade”, com o objetivo de entendê-la e de dominá-la.

³ País que, apesar de se localizar geograficamente no hemisfério oriental, filia-se à cultura, sociedade e política ocidental, carregando a herança da Coroa Britânica em sua forma de governo.

⁴ “Operações encobertas são utilizadas por um governo ou organização para tentar influenciar sistematicamente o comportamento de outro governo ou organização através da manipulação de aspectos econômicos, sociais e políticos relevantes para aquele ator, numa direção favorável aos interesses e valores da organização ou governo que patrocina a operação” (Cepik, 2003, p. 74).

de águas. As transformações sociais e políticas afetam e são afetadas pela transformação digital, corporificada pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

Paralelamente aos tradicionais canais midiáticos, as novas TIC tornaram-se primordiais para o desenho da estratégia política internacional, principalmente no que tange ao forte processo de securitização, associado à crescente interdependência econômico-financeira global e à ânsia estadunidense em prever possíveis novos ataques. A mesma globalização que permitiu a troca de valores imobiliários e a mobilidade de maior contingente de pessoas majoritariamente qualificadas, proporcionou um ambiente conflituoso, abrindo as portas para intervenções militares sem precedentes e de amplo espectro⁵ (Moniz Bandeira, 2016), com efeitos sobre os próprios atores que patrocinam essas ações militares, na forma de atentados terroristas.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, fundamentada em referenciais da Ciência da Informação, Filosofia da Informação e estudos críticos sobre mídia e tecnologia. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental de obras, artigos e casos relacionados à mediação da informação, regimes informacionais, vigilância digital e disputas geopolíticas no ciberespaço, incluindo episódios como os vazamentos do Wikileaks e de Edward Snowden. A análise adotou perspectiva crítica e interdisciplinar, buscando compreender o papel das mídias e das tecnologias digitais na formação de consensos, nos processos de poder e nas dinâmicas contemporâneas de resistência informacional.

2 A hegemonia ocidental sob a perspectiva da infocomunicação

As TIC são a representação mais fiel de uma nova lógica infocomunicacional que redesenha a arena da cultura política, por meio de programação algorítmica. O campo das tensões políticas e dos conflitos sociais ganham outra dimensão espaço-temporal. Assim, o conflito político-ideológico encontra ambiente propício, e é potencializado, também pelas redes sociais digitais. As ações políticas devem ser pautadas na perspectiva e nas ações oferecidas por um outro tipo de militância, que atua baseada numa estrutura em rede e se utiliza da Internet como instrumento de luta. O contexto é o mesmo de dominação e resistência, identificado por Dênis de Moraes (2017):

⁵ Referência à doutrina teórica da *full spectrum dominance*, que pressupõe uma intervenção estratégica global planejada pelos neoconservadores dos Estados Unidos da América, nos anos 1990.

Trata-se de um campo de tensões e antagonismos. De um lado, os grupos privados que controlam grande parte da cadeia de produção e difusão de conteúdos, dispostos a defender o status quo capitalista, suas margens de rentabilidade e a influência na definição de linhas de força do imaginário coletivo. De outro lado, anseios de amplos contingentes populacionais por justiça social, com redistribuição de renda e riqueza (Moraes, 2017, p. 16).

A partir do momento em que a mídia corporativa legitima a política internacional do Ocidente, ela abandona o idealismo promovido pelas hostes neoliberais do Consenso de Washington após a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu, que vislumbrava um mundo livre e plural, tendo a entidade “mercado” como propulsor incontestado do desenvolvimento e da paz duradoura. Nesse contexto, a polissemia redentora em uma sociedade fluída e conectada de maneira horizontalizada (Sociedade da Informação), também deveria fazer parte do processo de globalização para expressar, no mínimo, uma vertente multiculturalista, quiçá interculturalista.

Entretanto, a interdependência e o compartilhamento valem, predominantemente, como artifícios discursivos para a ação de mercado, dotado de características instrumentais, relegando os valores que constituem a produção da informação e suas determinações simbólicas à marginalização epistemológica. Essa é uma realidade que independe da tecnologia utilizada para o registro e a comunicação da informação, mas é dependente de um *modus pensanti e operandi* baseado no neoliberalismo ocidental, dominado pela hegemonia cultural estadunidense: “[...] em qualquer sociedade não totalitária, certas formas culturais predominam sobre outras, da mesma forma que certas ideias são mais influentes do que outras. Essa forma de “dominação simbólica” é o que Gramsci denomina hegemonia” (Pimenta, 2017, p. 36)

Conforme sugestão de Rafael Capurro (2009), caberia caminhar mais fundo em direção à uma ética intercultural da informação que contemplasse uma visão histórico-comparativa para que a dominação discursiva ocidental pudesse ser compreendida, questionada e, em última instância, transformada por meio de ações práticas:

A Ética da Informação Intercultural (EII) pode ser definida em sentido estrito ou amplo. Em sentido estrito, concentra-se no impacto da tecnologia da informação e comunicação (TIC) em diferentes culturas, e em como questões específicas são compreendidas em diferentes tradições culturais. Em um sentido amplo, lida não apenas com questões interculturais levantadas pelas TIC, mas também por outras mídias, permitindo uma visão

comparativa histórica ampla. EII explora essas questões sob perspectivas descritivas e normativas (Capurro, 2009, p. 67-68, tradução nossa⁶).

A perspectiva cultural na área de Ciência da Informação reforça o que Schneider, Bezerra e Castro (2017) pensam sobre a relação entre o elemento sociopolítico da informação e a hegemonia dos saberes e do conhecimento. Destacam que na perspectiva gramsciana a dinâmica da dominação possui um caráter que pode ser acessível e contestado pelo senso comum. A contestação à estrutura de classes, a esquemas sociais e a modelos econômicos, pode ser feita ao invés de ser objeto privilegiado do *homo academicus*, teoricamente concebido por Pierre Bourdieu (2013):

[...] na luta das representações, a representação socialmente reconhecida como científica, isto é, como verdadeira, contém uma força social própria e, quando se trata do mundo social, a ciência dá ao que a detém, ou que aparenta detê-la, o monopólio do ponto de vista legítimo, da previsão auto verificadora (Bourdieu, 2013, p. 53).

Nesse processo, outras culturas são relegadas a segundo plano dentro da dinâmica “técnico-capitalista”, desconsiderando-se a existência das relações políticas locais, em favor de projetos globais. Essa lógica impõe à realidade local a necessidade de se fazer presente, vista, ouvida e compreendida. Na falta desse espaço de forma compartilhada, baseada na solidariedade humana, acaba por explodir em movimentos de resistência contra o modelo globalizante vigente, e quase sempre de forma violenta e imprevisível, alimentada pelo reavivamento de valores próximos aos seus mitos de fundação.

Apesar de destacar a mídia corporativa ocidental, é importante salientar que esta classificação não é estática, tampouco restrita territorialmente, nem mesmo culturalmente, mas se apresenta como um modelo hegemônico de produção da notícia. Nesse caso, grandes corporações midiáticas situadas em países periféricos podem produzir, ou, no mínimo, disseminar informações afeitas à visão hegemônica do Ocidente, como a *Al-Jazeera*, dos Emirados Árabes Unidos, por exemplo. O que prevalece nessa estreita relação de poder é a fidelidade ao projeto “maior”, ou global, ligado aos grandes investimentos financeiros e

⁶ “Intercultural Information Ethics (iie) can be defined in a narrow or in a broad sense. In a narrow sense it focuses on the impact of information and communication technology (ict) on different cultures as well as on how specific issues are understood from different cultural traditions. In a broad sense it deals not only with intercultural issues raised by ict but by other media as well allowing a large historical comparative view. iie explores these issues under descriptive and normative perspectives”.

comerciais. Nesse aspecto, tanto faz compreender, ou não, a realidade política e as demandas por melhorias sociais nos próprios países árabes.

Além disso, a definição de Ocidente aqui neste artigo, refere-se aos atores dominantes do cenário internacional, que bebem das fontes de conhecimento e da linguagem construídas historicamente pelas potências europeias desde a expansão colonialista. Portanto, mesmo aqueles Estados situados geograficamente no hemisfério ocidental, são periféricos em relação às grandes potências, e, por isso, também são alvos da cobertura midiática hegemônica e, conseqüentemente, de ações promovidas por agências de inteligência, por exemplo, de forma mais ampla e determinante.

3 A produção de sentido da informação no ciberespaço

No campo político, a queda do Muro de Berlim representou o esfacelamento de fronteiras e ideologias até então definidas entre o Leste e o Oeste, entre a “liberdade” e a “opressão”, o capitalismo liberal e o comunismo planejado, em uma partilha bipolar. A agenda internacional cresceu somando novas demandas, as quais destacaria: a crescente produção informacional; o crescimento do poder comunicacional, retratado pela oligopolização de megaempresas do setor; a emergência de novas instituições político-econômicas; a especulação financeira; as “intervenções humanitárias” e; o terrorismo transnacional. Todas, sem exceção, são potencializadas pela eficiência técnica dos meios infocomunicacionais, utilizando-se da tecnologia digital como logística à ação estratégica.

Como essência dessa lógica, verifica-se que os espaços de tomada de decisão e das trocas ganham novas características, e um outro elemento ganha projeção, a velocidade. Velocidade entre quem pensa determinado projeto, e quem tenta executá-lo para uma sociedade cada vez mais conectada aos canais de informação eletrônicos. Os avanços na microtecnologia desenvolvida nos grandes polos tecnológicos, como o Vale do Silício, possibilitaram o aumento da capacidade dos computadores em processar um volume cada vez maior de informação.

Mas, para a compreensão dessas transformações tecnológicas, não se deve separar o desenvolvimento da técnica, da capacidade humana em assimilar o que está sendo produzido. As duas coisas caminham juntas, se estiver claro que uma nova noção de tempo permeia esta condição. O tempo, nesse caso, não se mede mais pela distância, mas sim pelo espaço

produzido pela informação, pelo espaço-informação, que é regido tanto pela tecnologia em si quanto pela produção humana, que é definida pelo conteúdo e pela programação.

Castells (2004) aponta que, ao mesmo tempo em que o “espaço dos fluxos” tende a sobrepor-se ao “espaço dos lugares” há uma redefinição do local sob a influência das redes informacionais, que, estabelecendo-se em escala planetária, lhe proporcionaria densidade comunicacional, informacional e técnica. Albagli (1999) destaca que há importantes repercussões sobre o local, bem como seu papel no cenário mundial, a partir do processo de globalização e suas inerentes transformações nos vários campos da atividade humana. Nesse sentido, o local, e sua base territorial, são elementos fundamentais para a dialética entre o tradicional e o moderno, pilares do desenvolvimento das atividades humanas.

No espaço local, haveria uma espécie de fio invisível cultural que unificaria o conjunto da sociedade em torno de projetos autóctones de desenvolvimento, “[...] vinculando o indivíduo ao seu espaço, tornando essencial e peculiar a identidade comunitária” (Albagli, 1999, p. 186-187). Pode-se dizer, então, de uma ampliação da consciência sobre a diversidade cultural, que seria consequência do desenvolvimento de redes de comunicação. Essa relação deve ser contextualizada em um novo paradigma, que inclui não só a questão nacional, tribal ou religiosa, mas também, e, principalmente, que inclui a emergência de uma sociedade em rede, baseada na informação (Castells, 2004), sustentada pelo desenvolvimento das TIC.

Assim, a política internacional, na perspectiva da globalização tecnológica, e, do ponto de vista da cultura, estaria diretamente relacionada à noção de que a expressão de uma identidade necessita de canais de comunicação para se fazer reconhecida e aceita. O espaço social complexificado pelo advento de uma sociedade baseada na informação tem como característica marcante o fato de, além da sua estrutura real, baseada nas relações interpessoais, ser formado por uma versão virtual baseada na tecnologia de comunicação em rede, que é a Internet.

O chamado ciberespaço representa, dessa forma, o campo onde se daria um potencial de transformação, tendo como instrumental de acesso os meios tecnológicos, nos quais a grande rede poderia se traduzir na concatenação de partes que se interconectam na intermitência de dados, textos e imagens. Em verdade, a emergência da rede digital mundial convergiu com o período que marcava o fim de um capítulo da Guerra Fria, pelo menos aquela desenhada desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Byung-Chul-Han (2015) identifica uma mudança de paradigma do período da Guerra Fria para o atual, dentro da lógica que rege a produção de discursos. Na primeira, que cobriu grande parte do século XX, havia uma

construção de significado baseada no estranhamento em relação ao outro estrangeiro. E esse estranhamento era fundamental para criar uma espécie de defesa imunológica contra tudo que ameaçasse o modelo de pensamento social, político e econômico ocidental. É o que Han denomina “paradigma imunológico”, que se traduz como um dispositivo militar que transborda e afeta toda a vida comunal, levando: “[...] tudo o que é estranho é simplesmente combatido e repellido. O alvo da defesa imunológica é o estranho enquanto tal. Mesmo que não tenha intenções hostis, mesmo que não represente perigo, ele é eliminado com base na sua alteridade.”⁷ (Han, 2015, p. 2, tradução nossa).

Hoje em dia, esse paradigma consubstanciado no ciberespaço, transforma-se numa lógica em que a imagem do “Outro”, ou do “Estrangeiro”, se evanesce em meio à euforia pelo consumo, e à sensação de protagonismo num espaço fragmentado e carente de lideranças e coesão de agendas sociais e políticas mais substanciais que, efetivamente, possibilitariam trocas mais profundas e estáveis (Fischer, 2023; Han, 2015).

Um espaço que nasceu prometendo, simultaneamente, a reciprocidade na comunicação e a partilha de um contexto em um dispositivo comunicacional ‘todos para todos’. Ideário que se mostra na atualidade inverossímil em relação aos potenciais valores democráticos e de liberdade que havia prometido nos anos 1990, tendo em vista os estreitos vínculos ideológicos de grandes empresas de comunicação, primeiramente com projetos liberais, depois neoliberais e, atualmente, desde a segunda década do século XXI, com uma agenda político-econômica de extrema direita.

Entretanto não se pode falar da Internet sem descrever a estrutura na qual ela está inserida, observando-a, acima de tudo, como um instrumental possibilitado por um ciberespaço marcado pela hegemonia de uma superpotência na produção de símbolos e signos, que são os Estados Unidos, num primeiro momento. Apontá-la como uma consequente manifestação de um amplo processo de interconexão entre indivíduos e entre grupos em torno de seus interesses. Dessa forma, o ciberespaço não é só o resultado, ou uma representação tecnológica, mas a manifestação do sentido que o homem dá à própria vida, através da cultura, da economia, da política etc. Por isso, os usos que se fazem do ciberespaço é territorializado, e a expressão dessa territorialização é o espaço em que são forjadas as identidades culturais.

⁷ “[...] everything foreign is simply combated and warded off. The object of immune defense is the foreign as such. Even if it has no hostile intentions, even if it poses no danger, it is eliminated on the basis of its *Otherness*”.

Toda essa prática na busca por interesses comuns e universais possui um significado que vai além da técnica em si e transforma mentes e hábitos. Essa transformação é essencialmente cultural e, por isso, mais abrangente, especificando técnicas (materiais e intelectuais), práticas, atividades, modos de pensamento e de valores. A *cibercultura*, nesse aspecto, é o que dá sentido aos projetos e a visão de mundo de cada grupo e indivíduo, e se desenvolve juntamente com o crescimento do *ciberespaço*. Nesse aspecto, pode-se entender a formação de redes como um espaço da conectividade, organizado por textos e imagens.

Estabelece-se, dessa maneira, a noção de cultura como a “[...] construção de sentido da vida material e simbólica por meio de um conjunto de artefatos” (Marteleto, 1995, p. 95), dentre esses, a informação. Com efeito, é da injunção, entre uma visão referenciada às estruturas do mundo real, com o reflexo dessas estruturas em imagens sociais, como resultado da percepção mental do nosso meio ambiente, que o conceito de informação é construído (Freire, 1995; Belkin; Robertson, 1976; Wersig; Neveling, 1975).

Nesse aspecto, a informação ganha sentido quando interage com o processo de comunicação, ganhando status de conhecimento se assimilado pela “consciência possível” (Goldmann, 1970) do grupo social. Há um limite sociocognitivo para a compreensão da mensagem que é comunicada, e esse limite se estabelece pelas condições reais de existência desse grupo. Como salienta Isa Freire (1995, p. 133), “A comunicação de informações tem, com isso, o objetivo de promover mudanças nas estruturas de conhecimento do receptor”. Entretanto, essa é uma perspectiva potencial, mas encontra barreiras, justamente porque as grandes corporações também se utilizam do ciberespaço como todo e qualquer ator político.

O conjunto de imagens e narrativas produzidas pelas mídias corporativas ocidentais, que é postado na Internet, demonstraria, de certa forma, o grau de impacto cognitivo que essas referências têm para a opinião pública de um modo geral, e a forma como os analistas políticos respondem a essas referências, de modo específico. Mais do que transmitir informação, os meios de comunicação contribuem para o estabelecimento de um discurso com significado político, conformando o “como deve ser pensado”, ao invés do “porquê deve ser pensado de determinada maneira, e não de outra”. Como salienta Domenico Losurdo, “Os grandes órgãos de ‘informação’ são, na realidade, grandes órgãos para selecionar informações e para guiar e controlar a memória” (Losurdo, 2014, tradução nossa).⁸

⁸ “Los grandes órganos de «información» son, en realidad, grandes órganos de selección de la información y de orientación y control de la memoria”.

Em outras palavras, o mundo corporativo midiático ocidental não se abriria ao contraditório para que pensamentos alternativos pudessem ser registrados e colocados em prática. O que contribuiria para a concepção que o Ocidente faz do “outro”. O canal de comunicação com o “outro” permanece restringindo o espaço para o contraditório, por meio de filtros ideológicos que criam opacidade à visão sobre a situação que gerou determinado fato. Processo compreendido na lógica da comunicação que pressupõe o “[...] relacionamento entre linguagem, significado e realidade” (Pinheiro; Braga, 1999, p. 17).

E essa relação é tensa, conflituosa e assimétrica, pois os atores têm pesos diferentes, e porque a mesma lógica de poder tradicional vigente fora da grande rede também atua dentro dela. Ou seja, a dominação ideológica é materializada pela linha discursiva sobre o que se considera como pauta relevante, promovendo já na definição da própria pauta jornalística a desconexão entre a realidade, seu significado e a linguagem empregada na cobertura. Na contemporaneidade, essa desconexão pode ser testemunhada pela cobertura da mídia nas guerras empreendidas pelas potências imperialistas.

4 A mídia corporativa e a ação militar

Ao longo do século XX, a mídia assumiu papel de destaque na cobertura de conflitos, através do principal e mais penetrante meio de comunicação de massa contemporâneo, que é a TV. Essa mídia prevalece até hoje, e se reinventa tecnologicamente, *pari passu* às invenções e inovações das plataformas digitais. Foi através da TV que o mundo passou a ser coberto e interpretado ao sabor de interesses corporativos, já que o espaço eletromagnético se transformou no novo “latifúndio”, ou na nova fronteira a ser privatizada para a exploração comercial.

A privatização desse espaço torna-se fator primordial para que a mídia corporativa possa exercer seu poder próprio, como empresa com fins lucrativos, e seu papel como garantidor dos negócios empreendidos pelos governos centrais e pelas multinacionais que as financiam. Ao manter esse círculo vicioso (virtuoso para os negócios) inserido na perspectiva do capitalismo-liberal ocidental, elabora-se um discurso que posiciona causas outras como periféricas, ou menores. Privilegia-se uma cobertura jornalística que justifica “causas maiores”, ou aquelas que o Ocidente define como prioritárias em sua agenda.

O fim de um modelo de domínio colonial direto, por meio de ocupação militar territorial, possibilitado por movimentos de resistência, se deu em meio a um mundo regido

por dois blocos de poder político-ideológicos, a saber: capitalismo e comunismo. Atualmente, o colonialismo persiste com a utilização de outras ferramentas de domínio. Em meio aos diversos conflitos patrocinados por esses blocos de poder e pelas próprias lutas intestinas nas sociedades colonizadas, existe uma convergência tecnológica sem precedentes, que vai contribuir decisivamente para o atual quadro de interação permanente entre indivíduos e grupos, mas de forma marcadamente hegemônica.

Salienta-se que, da Guerra do Vietnã (1965-1975) até a Guerra do Golfo (1991), a tecnologia reforçou uma tendência já em curso, pelo menos desde a literatura do século XVIII, segundo Edward Said (2006), que posicionava o Ocidente como o farol da alta civilização, baseada numa superioridade étnica e cultural sem precedentes. A visão eurocêntrica investe o Ocidente de uma legitimidade, que justifica toda e qualquer ação no sentido de libertar o mundo do despotismo e da mistificação atávicos às sociedades pouco desenvolvidas. Isso marcava uma condição clara de superioridade em vários níveis de análise, dos rituais religiosos aos modos de produção, passando pela conformação do espaço urbano (Goody, 2008):

[...] o Orientalismo moderno [...] encarna uma disciplina sistemática de *acumulação*. E, longe de ser exclusivamente uma característica intelectual ou teórica, isso levou o Orientalismo a tender fatalmente para a acumulação sistemática de seres humanos e territórios. Reconstruir uma língua oriental morta ou perdida significava, em última análise, reconstruir um Oriente morto ou esquecido; significava igualmente um Oriente morto ou esquecido; significava igualmente que a precisão, a ciência, até a imaginação reconstrutiva podiam preparar o caminho para o que os exércitos, as administrações e as burocracias fariam mais tarde no local, no Oriente (Said, 2003, p. 178).

O primeiro conflito transmitido pela TV foi o do Vietnã. Se, naquele período, a tecnologia televisiva ainda não propiciava “testemunhar” as ações militares ao vivo, podia-se, ao menos, assistir à chegada dos corpos cobertos por plásticos pretos de soldados estadunidenses que pereceram no *front* de batalha. Mas até aquele momento, a narrativa que predominava nos regimes liberal-capitalistas era a do necessário combate ao comunismo internacional, que representava o seu oposto, totalitarismo e repressão. Assim, os aparatos tecnológicos coercitivos e dissuasórios, são fortalecidos pela propaganda de guerra. Ao complexo industrial-científico-militar, associa-se o poder midiático.

A utilização da mídia, no caso do Vietnã, torna-se marcante pois a imagem sempre traz uma carga maior de dramaticidade, como parte da narrativa. Pode-se utilizar a edição de

imagens para descontextualizar determinado acontecimento e, com isso, corroborar teses elaboradas *a priori*. Esse foi o caso da baía de Tonquim, quando se vinculou à época a acusação de que forças vietnamitas atacaram o contratorpedeiro *Maddox*, e que isso teria desencadeado a intervenção direta estadunidense. Sabe-se, hoje em dia, pelo depoimento do próprio tenente e de outros suboficiais da embarcação, que este fato simplesmente não existiu. Notícias do *front* registravam invariavelmente, com exceção de alguns corajosos repórteres, como: Wilfred Burchett (1967), a visão e o sofrimento dos militares estadunidenses em campanha, mas nunca o sofrimento e os massacres perpetrados contra camponeses vietnamitas, ou a destruição de seus modos de existência.

O conceito de “humanidade”, nesses casos, faz parte do caráter cultural, e é um princípio valorizado por apenas um dos lados. O lado ocidental. Chora-se e lamenta-se sempre por uma das partes envolvidas. Valores universais seriam valores exclusivos do Ocidente, que possui a prerrogativa das boas intenções porque é, acima de tudo, guiado por princípios de “racionalidade” e de “livre-arbítrio democrático”. A partir daí, a classificação que se faz do “outro” está de acordo com os objetivos delineados por doutrinas políticas com o objetivo de alcançar mais poder. Seja esse poder econômico, financeiro ou militar, o fator simbólico produzido pela mídia investe de legitimidade e credibilidade política as “intervenções humanitárias” (Foley, 2013).

Isso se traduz como um desvio de foco das reais causas do conflito, e do porquê o ator político tomou determinada decisão, muitas vezes, sem o consentimento consciente da população que representa. Esse foi o caso explícito do Vietnã, que se tornou marcante por ter sido o primeiro a ser divulgado aos quatro cantos do planeta, por causa de sua assimetria, e por ter sido, de certa forma, um divisor de águas que redesenhou não só modelos de combate, do ponto de vista tático, mas, principalmente, porque esses modelos foram repensados estrategicamente. Atualmente, antes de invadir por terra, as Forças Armadas se utilizam de tecnologias para “limpar o campo”. Armas guiadas por sistema de satélites intervêm no espaço eletromagnético, seja para uso propagandístico, seja para a intervenção no sistema de comunicação das forças armadas do inimigo, com o objetivo de bloquear as ações militares.

Após a derrota no sudeste asiático, a estratégia militar estadunidense deu uma guinada histórica. Deixou-se de empreender operações militares diretas, utilizando-se de forças militares próprias, pelo menos em áreas propícias ao confronto irregular (de guerrilha), e nas primeiras fases de combate, quando da utilização massiva de bombardeio aeronaval. Gradativamente, ampliou-se exponencialmente o investimento em agências de

espionagem, valorizando as operações encobertas com apoio de armas de monitoramento e vigilância remota, até mesmo com o financiamento a grupos terceirados (forças irregulares privadas), e mesmo forças armadas regulares sob o comando de oficiais estadunidenses. O empreendimento visível dessa nova estratégia foi a Guerra do Golfo (1991), quando da utilização de artefatos que atingem o espaço eletromagnético⁹, interrompendo os fluxos de comunicação das forças iraquianas com consequente obstaculização de suas ações militares.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 contra alvos em território estadunidense aceleraram um processo que já se desenhava com o fim do conflito no Vietnã, mas agora com uma nova roupagem, identificada com a guerra ao terror¹⁰. Nessa perspectiva de guerra ao terror – que envolve toda a estratégia de combate contra ameaças à segurança estadunidense, mas que também é largamente utilizada por outros países e organizações para alcançar objetivos militares e econômicos – cabem a guerra ao narcotráfico, a guerra à pirataria, e a guerra ao crime organizado que, em última instância, engloba todos eles.

A mídia corporativa, que já era um braço fundamental para a divulgação propagandística ideológica e de regimes políticos situados no centro do poder global, desde sua concepção, tornou-se um dos artefatos basilares para a legitimação de operações efetivas no campo de batalha, potencializada a partir da transformação digital:

Em sintonia com Antonio Gramsci, incluo os meios de comunicação entre os aparelhos privados de hegemonia que operam na sociedade civil, caracterizando-os como organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, como a imprensa, os partidos, os sindicatos, as associações corporativas, os movimentos sociais, a escola, a universidade e a Igreja. Tais aparelhos são os agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias, que querem conquistar e sedimentar apoios junto a diferentes segmentos sociais, seja para manter a dominação, seja para contraditar seus pressupostos (Moraes, 2017, p. 17-18).

E a Internet também se torna um espaço de conflito, seja por que é o *locus* onde a infraestrutura crítica de Estados e grandes organizações se concentram, e por isso, transformam-se em alvos potenciais; seja pela publicização de ideais políticos, em que a memória cultural e identitária se expressa como forma de reconhecimento, de luta e de resistência: “[...] as novas formas de uso e apropriação da internet têm marcado claramente

⁹ Guerra de *stand off*, na qual mantém-se o adversário à distância.

¹⁰ Salienta-se que o uso de terror aqui é o mesmo que terrorismo, embora o autor entenda que tenham conotações ontológicas diferentes.

um momento ímpar da história em escala global, pois dizem muito sobre nossas ações num plano prático da nossa cultura e do nosso cotidiano” (Pimenta, 2017, p. 253).

A Internet conferiu, pelo menos em potência, num determinado momento histórico, mobilidade e amplo espectro para que a expressão da cultura ganhasse em intensidade, contribuindo tanto para uma situação de conflito, quanto para outra de escolhas e deliberações. Entretanto, com o advento das redes sociais digitais, as trocas de opiniões passaram a ser mais controladas pelas grandes corporações, por meio de direcionamentos realizados pela programação algorítmica. Como destaca Chenoweth (*apud* Fischer, 2023, p. 583)¹¹, “[...] as mídias sociais, embora recebidas inicialmente como força de libertação, ‘na verdade, beneficiam, na era digital, muito mais a repressão do que a mobilização’”. O filósofo Byung-Chul Han (2015) reforça essa perspectiva, quando aborda a questão da vigilância.

Han (2015) aponta para uma nova sociedade de vigilância, mudando o eixo analítico prevaiente na perspectiva benthamiana, em que o Panopticon era a configuração preferencial do controle absoluto dos corpos físicos, para outra, em que esse controle se opera por meio da exposição voluntária dos indivíduos em ambientes digitais. Nessa nova etapa, os *smartphones*, por exemplo, atuam simultaneamente com as câmaras de tortura, garantindo, porém, a resignação de populações inteiras à busca por sucesso e consumo, em lugar da violência física direta. Processo que se transforma em estratégia midiática, anestesiando a percepção das contradições e provocando ações desconexas por parte dos usuários/consumidores.

Essa tendência joga luz sobre diversos aspectos do papel exercido pelas ferramentas digitais de infocomunicação na lógica de poder. Mídias digitais que se estruturam em redes acabam por potencializar o controle de demandas concretas já operado pela mídia tradicional. Essa tendência cria ainda mais dúvidas sobre a eficácia de uma resistência política por meio do “hackerativismo”, que foi definido, já nos anos 1990, como um movimento, mas também como um método de atuação que funciona como guerrilha eletrônica, e que tenta subverter a lógica de poder nas redes digitais. A defesa de uma liberdade total para a produção da informação e da troca comunicativa, tendo como norte a defesa da democracia, na rede mundial e fora dela, talvez não se sustente, pois, a denominada

¹¹ CHENOWETH, Erica. Trends in Nonviolent resistance and state response: is violence towards civilian-based movements on the rise?. *Global Responsibility to Protect*, Leiden, v. 9, n. 1, p. 86-100, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/1875984X-00901006>. Acesso em: 11 ago. 2026. *Apud* Fischer (2023).

GAFAM¹², tende “[...] a proteger a elite dominante e o *status quo* do qual dependia para manter seu poder.” (Fischer, 2023, p. 584).

Dessa forma, para finalizar, apresenta-se um contexto em que não se faz necessário só disciplinar as pessoas pelo medo permanente, mas introjetar *modus operandi* que garanta prazer incessante à uma vasta gama de pessoas, promovendo ideais, práticas, e induzindo comportamentos dóceis, de forma absolutamente voluntária. Nisso, as narrativas políticas conseguem manter discussões e ações em ambiente controlado, distante das tradicionais formas de se fazer política, que são por natureza mais sólidas, profundas e estáveis (Fischer, 2023). Quanto mais controlado e apaziguado o ambiente por causa da cegueira consumista, mais fáceis opiniões convergentes à defesa de uma única forma de vida possível se concretiza, que é a capitalista. E, assim, a informação que perpassa os *media* transformam-se em tanques, mísseis, fuzis, check-points, drones, câmeras, dentre outros dispositivos que integram em campos de guerra e de refúgio.

5 Considerações finais

A assimetria de poder pressupõe a existência de um aparato discursivo ideológico hegemônico associado a ações práticas de desestabilização de unidades políticas que ofereçam ameaças ao núcleo duro do sistema de poder. Por isso, a mídia corporativa não se restringe a transmitir informação. Em muitos casos, é objetivamente orientada para alcançar determinado consenso parcial em relação a um evento específico. Esse consenso acaba por traçar diretivas de operações táticas, em associação direta com agentes de inteligência em manifestações de rua, em reuniões de ativistas contra-hegemônicos, ou mesmo formando grupos com o objetivo de desestabilizar governos que não seguem a agenda dominante.

Sob a perspectiva da infocomunicação, esse processo pode ser compreendido a partir de conceitos como mediação da informação, regimes de informação, fluxos informacionais e poder simbólico. A mídia atua como agente mediador na seleção, organização e circulação de conteúdos, definindo quais informações ganham visibilidade e quais permanecem marginalizadas. Isso, mesmo se for considerada a mídia digital. Nesse sentido, os regimes de informação estabelecem estruturas de controle e legitimação discursiva, influenciando processos de formação de opinião pública e de construção de memória coletiva. Além disso, a

¹² Acrônimo cujas iniciais representam os nomes das principais corporações da mídia digital, sendo elas: Google (Alphabet), Apple, Facebook, Amazon e Microsoft.

circulação acelerada de dados em ambientes digitais fortalece práticas de vigilância informacional e disputa narrativa, tornando a informação um ativo estratégico nas dinâmicas geopolíticas contemporâneas.

Essa realidade se traduz como uma luta constante, pois, da mesma forma que o poder hegemônico tenta se manter dominante, existem várias lutas contrárias a uma agenda única, e essa disputa não se dá apenas entre Estados. Embora de forma cada vez mais limitada, grupos não estatais, contrários a essa agenda, também encontram espaço e operacionalizam ações táticas efetivas contra alvos do poder hegemônico, por meio do hackerativismo, que pode desestabilizar Estados ao atingir infraestruturas críticas e contribuir para o vazamento de informações oficiais, como nos casos ocorridos na primeira década do novo milênio com o WikiLeaks, associado a Julian Assange; pelos vídeos divulgados pelo ex-militar estadunidense Chelsea Manning; ou através dos dados vazados por Edward Snowden.

Essas transformações dialogam com estudos da Filosofia da Informação, das Humanidades Digitais e da Tecnologia Social, campos que vêm sendo incorporados às discussões da Ciência da Informação contemporânea. A Filosofia da Informação problematiza os impactos éticos, epistemológicos e políticos da sociedade informacional, discutindo como dados, algoritmos e plataformas digitais moldam relações de poder e produção de conhecimento. Já as Humanidades Digitais analisam criticamente os efeitos das tecnologias sobre cultura, memória e práticas sociais, destacando o papel das redes digitais na reorganização das formas de participação política e circulação informacional.

No âmbito da Tecnologia Social, discutem-se alternativas contra-hegemônicas voltadas à democratização do acesso à informação, à inclusão digital e à construção colaborativa do conhecimento. Pesquisadores da Ciência da Informação e da Comunicação, como Artur Bezerra, Marco Schneider e Leonardo Castro analisam como tecnologias digitais podem tanto reproduzir estruturas de dominação quanto possibilitar formas de resistência sociotécnica, especialmente em contextos marcados por disputas narrativas, vigilância e controle informacional. Dessa forma, a teoria da infocomunicação amplia sua abordagem tradicional e passa a compreender a informação não apenas como recurso técnico, mas como elemento central das disputas políticas, culturais e sociais da contemporaneidade.

Referências

- ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. (org.). **Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. O fim da história, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou? **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, Brasília, v. 11, n. 114, p. 8-17, 2010. [Resenha de: FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem].
- BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 27, n. 4, p. 197-204, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.4630270402>. Acesso em: 24 maio 2026.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- BURCHETT, Wilfred. **Vietnã Norte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CAPURRO, Rafael. Intercultural Information ethics: foundations and applications. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. 28, n. 55, p. 66-79, 2009.
- CASTELLS, Manuel (org.). **The network society: a cross-cultural perspective**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2004.
- CEPIK, Marco. Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 75-127, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000100003>. Acesso em: 24 maio 2026.
- FISCHER, Max. **A máquina do caos: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo**. São Paulo: Todavia, 2023.
- FOLEY, Conor. A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 19, p. 76-95, 2013.
- FREIRE, Isa Maria. Informação, consciência possível, campo: um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 133-142, 1995.
- GOLDMANN, Lucien. Importância do conceito de consciência possível para a informação. In: **O conceito de informação na ciência contemporânea: colóquios filosóficos internacionais de Royauumont**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GOODY, Jack. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2008.

- HAN, Byung-Chul. **The burnout society**. Stanford: Stanford University Press, 2015.
- LOSURDO, Domenico. Tiananmen, 20 años después: el fracaso de la primera “revolución de color”. **Red Voltaire**, Urbino, 31 jul. 2014.
- MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, 1995.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A desordem mundial**: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.
- MORAES, Dênis. O papel da mídia na batalha ideológica da América Latina. **Revista Observatório Latinoamericano y Caribeño**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 14-30, 2017.
- PIMENTA, Ricardo Medeiros. Ciberespaço, internet e habitus: uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 241-262.
- PINHEIRO, Lena Vânia R.; BRAGA, Gilda Maria (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999.
- SAID, Edward W. **Cultura e resistência**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2003.
- SCHNEIDER, M.; BEZERRA, A. C.; CASTRO, L. Um esboço de autoanálise da Ciência da Informação: contribuições de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 25-52.
- WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, London, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975.

The role of Western media since the Cold War: a snapshot of Infocommunication

Abstract

This article aims to provide a historical and theoretical reflection on the role of Western corporate media and its political-ideological instrumentalization from the Cold War to the first decades of the 21st century, from a sociological and philosophical perspective of Information. The methodology employs a historical and bibliographical approach, grounded in Information Theory, intercultural information ethics, and studies on mediation, informational regimes, and informational flows. It analyzes the relationship between media, hegemonic power, and digital transformation, considering the role of Information and Big Techs in the reorganization of contemporary geopolitical, cultural, and symbolic disputes. The study demonstrates that corporate media operates as an apparatus of hegemony, legitimizing Western narratives in international conflicts and influencing processes of surveillance, social control, and public opinion formation. It highlights that the emergence of the Internet and digital social networks expanded the capacity for monitoring, discursive manipulation, and political intervention, reinforcing symbolic disputes and control mechanisms in cyberspace. It concludes that information has become a central strategic element in contemporary social, cultural, and political disputes, maintaining and reorganizing historical practices of domination and resistance within the digital environment.

Keywords

corporate media; information; informational hegemony; big tech; digital surveillance

Declaração de disponibilidade de dados

Não se aplica.

Declaração de autoria e responsabilidade

Concepção e elaboração do estudo: Bruno Nathansohn
Coleta de dados: Bruno Nathansohn
Análise e interpretação de dados: Bruno Nathansohn
Redação: Bruno Nathansohn
Revisão crítica do manuscrito: Bruno Nathansohn

Autoria para correspondência

Bruno Nathansohn
bnathansohn@gmail.com

Como citar

NATHANSOHN, Bruno. A função da mídia ocidental desde a Guerra Fria: um recorte teórico da Infocomunicação. **Intexto**, Porto Alegre, n. 58, e-151243, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22456/1807-8583.151243>

Recebido: 22/10/2025

Aceito: 02/06/2026

Copyright (c) 2026 Bruno Nathansohn. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

